

Desenvolvimento local

Caminho possível para a criação dum outro tipo de sociedade

M. Justina Imperatori

1. Introdução

1.1. Para quê o desenvolvimento?

Pelo que mais se ouve e se lê o desenvolvimento serve para pagar contas e as pessoas servem para pôr nos pratos das balanças de pagamentos vários: somos números ao serviço de cifrões.

«Mas não se preocupem, nós sabemos: pague-se agora, viva-se depois ... » se por acaso aguentar, claro! E o depois é quando e como?

Os resultados desta concepção são evidentes. Arredados das decisões, frustrados na esperança, fica, para grande parte de nós, o escape do mal dizer ou do contrabando, saídas tapa-buracos de insatisfações mais profundas.

O que está em causa é: como sair da crise económica? Ou: como construir um outro tipo de sociedade? Não estará em causa o próprio modelo de sociedade que, tendo como fulcro o crescimento económico, toma os homens simples «marionettes» de produção e de consumo dependentes de poderes cada vez mais autocráticos e distantes?

Mas a crise em vez de descalabro poderá ser o alarme necessário para a invenção progressiva duma outra qualidade de vida em que a convivência seja aprofundada, o que nos une seja mais sublinhado que o que nos separa, em que a criatividade tenha mais importância que uma ortodoxia qualquer.

Teremos para isto que questionar o significado do trabalho e do ócio, do consumo e do lucro, rever os valores tempo e espaço, reformular a nossa relação com o meio ambiente. Não evidentemente para chegar a mais uma receita, mas para irmos construindo uma sociedade mais consciente das suas escolhas.

O que só se consegue através duma pedagogia do desenvolvimento entendida como intervenção cultural, e portanto profundamente política (o que não tem nada a ver com partidária, evidentemente).

E uma saída qualitativa da crise talvez seja menos difícil em Portugal do que em sociedades de grande abundância: as nossas deformações consumistas não são tão grandes e a nossa solidariedade e convivialidade serão maiores (por herança celta ou virtude de pobres, como se queira).

1.2. Qual o nível prioritário de intervenção?"

Para a criação dum outro tipo de sociedade parece-nos que se deverão privilegiar os projectos de nível local, que é aquele que permite a máxima participação e aquele em que se joga a relação do dia-a-dia entre as pessoas e destas com o meio ambiente. Isto não é negar a necessidade de projectos de âmbito nacional. Só que qualquer projecto a este nível, nas circunstâncias actuais, não acordará ninguém para a esperança e será assunto só para alguns.

Também não se nega que seja necessário encarar o desenvolvimento ao nível regional. Só que na situação actual, começar por aí, será criar mais uma comissão, eventualmente uma estrutura administrativa regional, fatalmente mais burocracia, mais gente a mandar na mesma população, naturalmente mais uma hipótese de luta politiqueria pelos lugares. Inventar de cima regiões, é criar divisões de território artificiais porque não correspondem a nenhum sentido de pertença nem a qualquer necessidade sentida pela população.

A orientação deverá ser sobretudo em sentido inverso: partir do projecto local para o regional e o nacional.

2. Alguns exemplos

Poderá parecer utópica esta proposta. No entanto, algumas experiências realizadas em Portugal parecem mostrar que, não sendo fácil, ela é realista e aliciante.

Um caminho possível para projectos do tipo que proponho será partir duma reflexão aprofundada do que neste campo se fez e se está a fazer no nosso país.

Como um pequeno contributo neste sentido, apresentamos, muito resumidamente, alguns aspectos de dois tipos de intervenção no campo do desenvolvimento local: a actuação da Equipa de Estudos e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário na Benedita (1963-1965) e o trabalho do Serviço de Promoção Social Comunitária (1965-1971), realizadas em condições sociais, económicas e políticas completamente diferentes das actuais.

2.2. Benedita - uma experiência de desenvolvimento local participado

Em 1962 apareceu a Equipa de Estudos e Experimentação de Desenvolvimento Comunitário, constituída por técnicos de diferentes especialidades.

A partir de diligências pessoais realizadas pela Dr.^a Manuela Silva (a grande responsável pelo projecto) alguns serviços públicos e entidades privadas cederam, em tempo parcial, alguns dos seus técnicos continuando a remunerá-los.

Não pondo em questão o modelo de desenvolvimento mas sobretudo a repartição dos seus benefícios

e a participação da população no mesmo desenvolvimento, o Desenvolvimento Comunitário (DC) aparece, na altura, como o método adequado para resolver os problemas do desenvolvimento no País: partindo da situação concreta das comunidades locais e empenhando as populações no seu próprio desenvolvimento, desperta a iniciativa e possibilita o aproveitamento dos recursos potenciais; ao mesmo tempo o DC encara o desenvolvimento na sua globalidade e estabelece a ligação entre administradores e administrados.

De todo o trabalho desta Equipa, cingir-nos-emos a um breve resumo da intervenção na freguesia da Benedita (concelho de Alcobaça) então com aproximadamente 6 mil habitantes dispersos por várias localidades, comunicações rodoviárias muito deficientes, saneamento básico inexistente, agricultura pobre, indústria diversificada mas artesanal, problemas de saúde e de educação e com uma população com um certo grau de abertura ao desenvolvimento.

Metodologia do trabalho

- a) Preparação
Estudo detalhado das condições económicas e sociais da freguesia.
- b) Informação e dinamização
Através de contactos com a administração local
Através de contactos informais e posteriormente de reuniões com as populações para informá-las, ouvi-las e conhecê-las nomeadamente nos aspectos relativos à liderança informal
- c) Organização local
Constituição de comissões locais responsáveis por cada sector (infra-estruturas, agricultura, indústria, saúde ...)
Constituição duma comissão central com representantes de cada comissão
- d) Apoio a projectos que correspondiam às necessidades e aspirações da população, procurando-se em todos os sectores iniciar a acção pela implementação de projectos que já correspondiam a necessidades sentidas.
- e) Elaboração, com a população, dum plano de desenvolvimento
- f) Instalação de estagiários de serviço social na zona, assegurando a dinamização e organização da população assim como a perspectiva global do processo e a ligação entre a população e os técnicos da EEDC que, continuando a trabalhar em Lisboa, se deslocavam à zona para trabalho específico de cada sector
- g) A intervenção teve duração definida (3 anos), passando a população a assegurar a continuidade do seu progresso.

Alguns resultados

Duma forma esquemática, diremos que os resultados de 3 anos de trabalho se verificaram em dois aspectos: realizações materiais e evolução das mentalidades.

Quanto ao primeiro, destacam-se:

Agricultura e pecuária: Plantação de novos pomares; construção e exploração, em sistema cooperativo, duma estação fruteira com uma capacidade de frio apreciável; uma associação de criadores de porcos; modernização da gestão das explorações, maior aproveitamento do crédito agrícola, aumento da mecanização.

Na indústria: A fusão de 100 pequenos «ateliers» de sapateiros deu origem a uma fábrica moderna de calçado, cujo êxito levou à associação de alguns outros sapateiros numa nova fábrica e ao aparecimento duma fábrica de cutelaria. Criação de lugares para a mão-de-obra feminina que trabalhava em Lisboa no serviço doméstico.

Urbanização: As construções para os empreendimentos agrícolas e industriais, foram feitas de acordo com um plano urbanístico.

Saneamento básico: Sendo o saneamento básico a necessidade mais sentida pela população, o apoio irregular da EEDC neste campo e as tremendas burocracias e indecisões da Câmara de Alcobaça, provocaram não só o atraso nas soluções mas sobretudo o desencorajamento da população, com reflexos nas outras actividades.

Educação: A educação foi a preocupação fundamental de toda a intervenção, tendo-se criado um centro dinamizador - o Instituto Cooperativo de Ensino e Cultura.

Para além das acções educativas dirigidas aos diferentes grupos, toda a actuação que, dada a sua metodologia de participação permanente da população, constituiu um profundo processo educativo (da população e dos técnicos), levou a uma grande evolução da população, sobretudo dos elementos das diferentes comissões que cedo começaram a ultrapassar os seus interesses imediatos para pensar em termos de desenvolvimento global.

Passou a verificar-se uma grande curiosidade intelectual sobre os mais diferentes assuntos; houve mudanças nas formas de relacionamento (entre a própria população e entre esta e os técnicos ou responsáveis da administração) e de vestuário ... A população tomou iniciativas em realizações que conheceram toda a espécie de dificuldades tendo conseguido levar a sua maioria a bom termo.

2.3. Serviço de promoção social comunitária (SPSC)

O efeito de demonstração pretendido pela EFEDC repercutiu-se em vários serviços da administração central, entre eles a D-G de Assistência que em 1965 convidou a Dr.^a Manuela Silva para orientar o SPSC, encarregado da animação e organização da população a nível local e da coordenação das intervenções sectoriais da responsabilidade de entidades públicas ou privadas também a este nível. Este serviço, que

tinha já uma perspectiva diferente do desenvolvimento e uma capacidade de inovação notável, desenvolveu projectos em várias zonas do País com âmbitos e tónicas diferentes segundo as realidades de cada uma, procurando uma articulação entre as intervenções locais e o desenvolvimento regional que então se procurava implementar no País.

A mesma metodologia de participação e de consciencialização defendida para o trabalho com as populações era utilizada no interior do serviço, tendo sido possível criar um clima invulgar de responsabilidade e entusiasmo tanto na equipa central como nas locais.

Era portanto evidente a contradição entre este tipo de intervenção e o poder político e assim, em 1971, quando os vários projectos começavam a apresentar resultados, o serviço foi dissolvido. As razões foram formuladas pelo ministro responsável: «Até aqui o SPSC procurou que os planos se adaptassem à vontade das populações. A partir de agora o que é preciso é levar as populações a aceitar os planos de desenvolvimento».

2.4. O post-25 de Abril

Veio o 25 de Abril e não foi feita nem pensada nenhuma acção pedagógica sistemática, e com uma perspectiva nacional que apoiasse as enormes esperanças então desamarradas.

Talvez porque ingenuamente pensássemos que a própria liberdade traria automaticamente a consciência de nós próprios, como mais um presente dessa grande festa (e de que a fortíssima intervenção popular que se lhe seguiu, com realizações de toda a ordem, parecia ser a prova).

Talvez também porque não pesássemos bem a força de tanto ano de inércia e o poder da contra-corrente. Mas agora, passados 10 anos, temos, entre outras, a vantagem de conhecermos melhor os nossos limites e as nossas *grandes* capacidades.

E estas são evidentes nos dinamismos que um pouco por toda a parte, sobretudo fora de Lisboa, se manifestam em pequenas actuações tanto 'de serviços públicos como de particulares, no campo da cultura, da economia, da saúde ...

3. Algumas questões

Para levar a cabo projectos de desenvolvimento local com a perspectiva que inicialmente foi apontada, várias questões se terão que pôr.

Entre outras:

1. Intervenção privada ou oficial?
 2. Que tipo de organização deverá existir para permitir a continuidade e globalidade dos projectos?
 3. No caso duma intervenção oficial, que localização no aparelho de Estado? Como ultrapassar ou evitar a burocracia e as clientelas?
 4. Qual o papel das autarquias?
 5. Que orçamento?
 6. Que tipo de zona escolher para início do trabalho?
 7. Que estudos fazer ou provocar?
 8. Qual o papel das universidades e doutras entidades de investigação e educação no estudo das zonas, das metodologias, das tecnologias, da formação de pessoal, etc.
 9. Quanto aos animadores locais (elementos decisivos num processo desta natureza) que formação?
- Que enquadramento funcional?
- E para além das questões operacionais, outra de fundo se põe:
10. Que relação de força entre um trabalho deste género e os poderes político e económico?
 - Existe vontade e poder político adequados?
 - De que trunfos se dispõe?
 - Que estratégia seguir?

Estas e outras questões se terão que analisar para que, rapidamente, se inicie um processo que inverta as tendências da grave situação social, económica e política que vivemos. E digo rapidamente porque os abstractos e talvez apaziguantes números do desemprego, das falências ... São na realidade pessoas, algumas das quais têm já fome; é um País que se volta a sentir queirozianamente «uma choldra».

É mais que altura de dar força ao outro lado nosso: o da invenção e da solidariedade, como diz Eduardo Lourenço:

«Chegou a hora de fugir
para dentro de casa, de
nos barricarmos dentro
dela, de construir com
constância *o país habitável*
de todos, sem esperar de
um eterno *lá-fora* ou *lá-longe*
a solução que como no apólogo
célebre está enterrada no nosso
exíguo quinta!»

Medidas de carácter conjuntural não darão cabo de uma crise que, além de conjuntural, apresenta características estruturais de esgotamento de um modelo de desenvolvimento (ou *mal desenvolvimento*) baseado no crescimento perdulário alcançado mediante um alto nível de desperdício de recursos físicos e humanos e o acúmulo de quatro dívidas: a externa, a interna, a social e a ecológica (esta última fruto de um padrão predatório de apropriação de recursos naturais, do uso da terra e do descuido ambiental),

IGNACY SACHS - *Folha de São Paulo*, 1983